

Códigos de resistência: a atuação do coletivo Minas Programam

RESUMO

Neste artigo, buscamos apresentar algumas reflexões resultantes da atuação do Minas Programam. Trata-se de um coletivo feminista que contesta o papel e lugar da mulher negra e periférica na produção de tecnologia digital, especificamente na programação. Inspirados por produções teóricas feministas, do movimento negro e da antropologia, pretendemos mostrar a luta do Minas Programam para desconstruir os discursos em torno das hierarquias de gênero e raça em nossa sociedade, elementos que constituem uma grande barreira para um acesso igual e justo aos espaços de produção de tecnologia digital.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero e raça. Desigualdades. Tecnologia digital.

Victor Eiji Issa

E-mail: issaeiji@gmail.com

Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Claudiana Cabral

E-mail: claudianacabral@gmail.com

Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

INTRODUÇÃO

Quando pensamos no perfil de uma pessoa da área de exatas e tecnologia, quase sempre visualizamos um homem. Não há campos de atuação onde as mulheres estejam livres de machismo, mas no mercado de TI o predomínio masculino é latente. Esse predomínio tende a ser naturalizado culturalmente, de forma que pensemos que homens são biologicamente mais aptos para programar e mulheres mais adequadas a relações interpessoais. Mas, como é sabido, mulheres não são naturalmente inferiores aos homens em nenhuma função. Tais inferioridades (ou supostas aptidões) são construídas socialmente e limitam o escopo de atuação da mulher desde seu desenvolvimento na infância. Mães e pais não sonham que suas filhas se tornem programadoras, tampouco as meninas encontram muitas referências femininas nas áreas de exatas.

Assim, a falta de estímulo e de referências não gera motivação e acaba por compor o quadro de ausência de mulheres na tecnologia. (MINAS PROGRAMAM, online)

As palavras acima foram extraídas da página inicial do website do coletivo Minas Programam (<https://minasprogramam.com>). De uma forma clara, concisa e expressiva, elas trazem a proposta deste coletivo: contestar o papel e lugar da mulher na produção de tecnologia digital, especificamente na programação.

Localizado em São Paulo, o Minas Programam é composto por sete mulheres envolvidas com a missão de compartilhar conhecimento sobre tecnologia com mulheres que não têm acesso fácil a esse conhecimento. Elas buscam viabilizar, gratuitamente, cursos básicos de programação, nos quais além do conteúdo de ordem puramente técnica, também trazem discussões sobre o impacto social dos artefatos tecnológicos. É importante frisar que o coletivo *Minas Programam* tem como foco atender mulheres negras da periferia. Além dos cursos, o coletivo se preocupa em produzir e difundir conteúdos que destacam a participação de mulheres negras atuantes na produção de tecnologia digital.

Ações como esta são de grande importância e urgência, já que é constante ainda na sociedade brasileira a presença de discursos e comportamentos que revelam a construção de “naturalizações” de espaços sociais diferenciados para homens e mulheres, para branco(a)s e negro(a)s. Por isso, é interessante começarmos com uma breve discussão sobre as especificidades de ser uma mulher negra no Brasil.

Antes de avançarmos, convém destacar que as informações aqui apresentadas são fruto do acompanhamento de uma das aulas do curso de programação do Minas Programam e de uma entrevista semiestruturada com Bárbara Paes, uma das fundadoras do coletivo. Além desta interação *offline*, utilizamos muitas informações obtidas por meio da observação das ações e rastros do coletivo nas redes sociais.

AS QUESTÕES DE GÊNERO E DE RAÇA EM NOSSA SOCIEDADE E SUA RELAÇÃO COM A PRODUÇÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

Adriana Piscitelli (2009) afirma que o termo “identidade de gênero” surge em 1963, formulado pelo psicanalista estadunidense Robert Stoller, com o intuito de propor uma categorização que desse ênfase à distinção entre aspectos referentes ao domínio da natureza e aqueles de ordem cultural. O termo “sexo” estava vinculado à biologia e o termo “gênero” à cultura.

O termo “gênero”, elaborado no contexto da segunda onda feminista, nos anos 60, também foi uma alternativa analítica a conceitos problemáticos como o patriarcado, alvo de críticas, por tratar de forma universal as formas de poder que se alteram em diferentes períodos históricos e em diferentes lugares. Piscitelli (2009) nos mostra ainda como as formulações de gênero que tiveram impacto na teoria social surgiram a partir de uma luta social conduzida pelo pensamento feminista na década de 1970. Com o objetivo de conquistar os mesmos direitos que os homens, as teóricas feministas formularam reflexões em que a noção de gênero aparecia como uma forma de expressar diferenças produzidas na cultura, unindo essa noção às situações de desigualdades vividas por elas.

Para Donna Haraway (2004, p. 211-212, grifos da autora), o pensamento de Simone de Beauvoir foi fundamental para as elaborações do conceito de gênero:

Apesar de importantes diferenças, todos os significados modernos de gênero se enraizam na observação de Simone de Beauvoir de que “não se nasce mulher” e nas condições sociais do pós-guerra que possibilitaram a construção das mulheres como um coletivo histórico, sujeito-em-processo. Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta. A teoria e a prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais “homens” e “mulheres” são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo. Já que o conceito de gênero está tão intimamente ligado à distinção ocidental entre natureza e sociedade ou natureza e história, via a distinção entre sexo e gênero.

Judith Butler (1990) desconstrói a dualidade de sexo/gênero como associações respectivamente de natureza/cultura. Para a autora, as noções de feminino e masculino não estão conectadas aos corpos de homens e mulheres. E vai além, para Butler (1990) é preciso que a categoria gênero inclua todas as categorias de pessoas e que torne visível as relações de poder e a produção discursiva em torno do conceito de sexo, reformulando a noção do sujeito mulher:

a noção binária de masculino/feminino constituiu não só a estrutura exclusiva em que especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a ‘especificidade’ do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia etc e outros eixos da relação de poder, dos quais tanto constituem ‘a identidade’ como torna equívoca a noção singular de identidade. Assim, não é possível compreender o sujeito mulher em termos estáveis ou permanentes.

A noção de gênero deve ser formulada para abranger as relações de poder que produzem o efeito de um sexo pré-discurso e oculto, dessem modo a própria operação da produção discursiva (BUTLER, 1990, p. 25)

Neste sentido, para Butler (ano), gênero é uma norma reguladora. A regulação é aquilo que constrói normas e padrões, mas é também, seguindo Foucault, um modo de disciplina e vigilância das formas modernas de poder.

Essas análises são boas para pensar em comportamentos, atitudes, profissões “adequados” para homens e mulheres. Porém, é preciso considerar que, conforme nos lembra Adriana Piscitelli (2009, p. 143)

a distinção entre homens e mulheres não esgota os sentidos de gênero. E que, na atualidade, as mulheres pobres e/ou negras e os homossexuais, transexuais e travestis são os que mais sofrem com as discriminações de gênero em diferentes segmentos da sociedade brasileira.

Com o passar do tempo, foi-se percebendo a necessidade de se pensar sobre as diferenças dentro das diferenças: outros marcadores sociais da diferença tais como raça, nacionalidade, idade, orientação sexual exercem influência sobre as condições de vida de uma pessoa ou um grupo. Esta questão da interseccionalidade (CRENSHAW, 2002, PISCITELLI, 2008) entre os marcadores é uma preocupação que passou a ganhar força na década de 1980. O termo interseccionalidade surge em 1984, mas remonta ao movimento *Black Feminism* (1970). O termo foi criado pela jurista e teórica feminista estadunidense Kimberlé Crenshaw, que explicita a necessidade de considerarmos concomitantemente as categorias – raça, gênero e classe – de formas não excludentes. O termo é também uma crítica ao feminismo branco, de classe média e heteronormativo.

Diante desse alerta, e para evitar o risco de hierarquizar categorias (raça, gênero e classe social) subjacentes e que conjugadas umas às outras compõem uma única estrutura de dominação (COLLINS, 2000), é necessário pensar nas especificidades das mulheres negras brasileiras:

Raça, gênero, classe social e orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando (...) um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. (...) Considero essa formulação particularmente importante não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos, mas pelo que ela permite pensar em termos dos movimentos negro e de mulheres negras no Brasil. Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça) (BAIROS, 1995, p. 461)

No que tange à questão da produção de tecnologias digitais, ser mulher e ser negra implica numa dupla barreira a ser transposta. Pensar nesta ideia de interseccionalidade pode ser um viés interessante para entendermos as ações do Minas Programam. Para este coletivo, é impossível pensar em qualquer ação feminista sem considerar a questão racial. Já que para o grupo, na voz de uma das fundadoras, Bárbara:

O que é uma iniciativa feminista no Brasil se você não pensar na questão de raça? Na primeira edição do curso básico de programação, a gente não necessariamente chamou de um projeto voltado para mulheres negras e não brancas. Mas o que a gente percebeu é que mesmo sendo um curso gratuito e com muitas facilidades de acesso, a participação de mulheres negras era menor. Então a gente precisava falar: esse curso é feito para mulheres negras, a gente quer mulheres negras neste espaço. Isso fez com que, pouco a pouco, o número de mulheres negras aumentasse. Então na segunda edição, a gente deixou isso mais explícito, foi muito importante. Dizer explicitamente: nós queremos mulheres negras neste curso de programação foi fundamental para o coletivo, desta forma o grupo criou estratégias para romper com construções estigmatizadas a respeito da(s) identidade(s) das mulheres negras e das limitações de seus espaços de atuação na sociedade brasileira, devido à hipersexualização de seus corpos e à ideia da mulher negra cuidadora.

A questão evidenciada por Bárbara já vem sendo pensada há um certo tempo no Brasil, por nomes como Luiza Helena de Bairros, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro que, entre as décadas de 1980 e 1990, promoveram o diálogo entre a militância e a academia ao aprofundarem o debate e pensar gênero articulado ao racismo, desconstruindo a ideia de uma mulher universal, diante de um cenário político na época, no qual as mulheres negras não eram sujeitos de reflexão nos movimentos feministas e, tampouco, no movimento negro. Já que os movimentos pautaram suas lutas em torno de uma ideia de igualdade, enquanto o homem negro representava raça, a mulher branca representava a questão de gênero (GONZALEZ, 1988).

Daniela Araújo (2018), integrante do coletivo *MariaLab*, apresenta, em sua tese de doutorado, a ideia de que a invisibilidade das mulheres na tecnologia foi produzida por uma socialização que associou a técnica ao universo masculino e alargou as distâncias entre as mulheres e a tecnologia:

Uma série de oposições binárias derivam do mesmo tipo de relação essencialista que coloca mulheres e tecnologia em lados opostos: natural/artificial; primitivo/moderno; feminino/masculino; subjetividade/objetividade; emoção/racionalidade. (...) a vinculação do profissional de TI ao imaginário masculino gera entre as mulheres uma reação à negativa da aquisição de características masculinas. (...) expressões como “homem de saias” e “apenas um dos caras” eram recorrentes entre seus entrevistados e marcavam a forma como as mulheres do setor eram identificadas. “As mulheres se veem constantemente encurraladas pelo dilema do apagamento do gênero(...)” (CASTRO, 2013 apud ARAÚJO, 2018, p. 104).

A cultura digital reproduz desigualdades, visto que historicamente as mulheres estiveram relacionadas aos trabalhos artesanais, de cuidados e bem-estar social ou ligados à reprodução, sendo assim muito mais inseridas como usuárias que produtoras de tecnologias digitais. Tomemos como exemplo os fatos de que a participação feminina em processos de *open source* (código aberto) é de

apenas 1,5% e que somente 13% dos/as autores/as que postam informações na *Wikipedia* são mulheres (CARDOSO, 2017).

No que diz respeito aos fatores raciais que dificultam o acesso à produção tecnológica, pode-se dizer que há uma peculiaridade no Brasil, que inclusive faz alguns intelectuais argumentarem que há um racismo à brasileira, que tem como um de seus principais alicerces o “mito da democracia racial” (QUEIROZ, 1995; SCHWARCZ; QUEIROZ, 1996; GUIMARÃES, 2002; MUNANGA, 2005). O racismo no Brasil, diferentemente das experiências dos Estados Unidos e da África do Sul – que adotaram políticas de Estado para separar indivíduos (brancos e negros) e legitimar as desigualdades em favor dos brancos – constituiu-se por uma suposta harmonia entre povos e etnias, de maneira que muitos brasileiros recusam-se a reconhecer a existência do racismo e negam-se a perceberem-se como racistas. Kabengele Munanga (2005, p. 53) afirma que:

Da mesma maneira que o Brasil criou seu racismo com base na negação do mesmo, os racismos contemporâneos não precisam mais do conceito de raça. A maioria dos países ocidentais pratica o racismo antinegros e antiárabes sem mais recorrer aos conceitos de raças superiores e inferiores, servindo-se apenas dos conceitos de diferenças culturais e identitárias.

O racismo no Brasil, dessa forma, ocorreria mais por meio de impedimentos e discriminações mascaradas do que por meio de atitudes explícitas? Isso faz com que, no caso do acesso à produção tecnológica, muitas vezes seja dada ênfase à questão do gênero, sem se questionar a influência das dimensões raciais?

É muito interessante a forma como o Minas Programam trata essa questão. Primeiramente, elas questionam até que ponto discordam da premissa de que o racismo no Brasil é velado. Bárbara afirma que

quando você entra na Poli (Escola Politécnica da Universidade de São Paulo) e não vê mulheres negras estudando lá, só trabalhando lá, não tem nada de velado.

A ausência dos corpos de mulheres diz muito sobre o acesso ao conhecimento e sobre os artefatos tecnológicos que serão construídos. Isso porque os artefatos tecnológicos, majoritariamente elaborados por homens brancos, são pautados em suas concepções de mundo forjados a partir de seus corpos. Bárbara relata como ela e as outras fundadoras do coletivo foram percebendo a impossibilidade de se dissociar as questões de gênero e raça quando se quer pensar em um acesso mais igualitário às tecnologias:

O Minas Programam surgiu de uma inquietação que nós três tínhamos: como nossas vidas e nossa relação com a tecnologia eram influenciadas por estereótipos de gênero e raça. Como fatores como acesso à aprendizagem de programação era diferente pra gente do que para os homens. Mesmo sendo de classe média e universitárias, esse conhecimento não chegava com facilidade, diferente do que acontecia com os homens que conhecíamos. Parecia que para eles era algo muito mais acessível, comum, até mesmo visto como natural. Há quatro anos atrás, como iniciamos o coletivo, percebemos que existiam muitas mulheres pensando nesse tema, mas pouca

mulher com visibilidade nesse tema. O Minas Programam surgiu de uma pergunta: e se a gente quisesse aprender programação amanhã só com mulheres, em São Paulo? Primeiro a gente não ia achar um curso exatamente nesses moldes; e depois, a maioria dos cursos de programação que a gente encontrava tinham preços proibitivos. Então decidimos montar esse projeto. (Bárbara)

A fala de uma das fundadoras do coletivo levanta questões: por que o aprendizado de programação é de difícil acesso às mulheres? Por que o acesso dos homens ao conhecimento tecnológico é visto como natural? Esta suposta “naturalidade” na verdade revela a construção de imaginários sociais acerca do papel da mulher.

Felizmente, esta marginalização tem sido percebida, denunciada, debatida e mais ainda: subvertida. Paulatinamente, tem-se disseminado a formação de grupos de mulheres que se reúnem em espaços físicos e digitais – como é o caso do Minas Programam – a proliferação de páginas em redes sociais, grupos fechados online e produções em blogues.

Posto isso, é interessante, neste momento do texto, passarmos a uma reflexão sobre como o ciberespaço pode – e deve – ser visto como um local de resistência e libertação.

LUTANDO NO CIBERESPAÇO

Em *Manifesto Ciborgue* Donna Haraway (2000), por meio de uma metáfora ficcional, apresenta um mito político que busca mostrar como a ficção, a tecnociência, está incorporada à realidade social do mundo contemporâneo. O ciborgue é um híbrido de máquina e organismo, uma criatura da realidade social e também uma criatura da ficção, capaz de mudar o mundo. É especialmente interessante pensar como a tecnologia é um regime de verdades que produz corpos, produz pessoas e que, por sua vez, gera práticas sociais.

Devemos ter em mente o fato de que a internet é um espaço controlado, na medida em que os territórios digitais estão em disputa, revelando assim a importância do ciberespaço nas relações e interações sociais, constituindo-o como um espaço de disputa de grupos, de resistência e (re)afirmações de identidades. Nesse sentido, podemos pensar a atuação dos coletivos nos espaços digitais, com base em Heather A. Horst e Daniel Miller (2015): os espaços digitais são invenções localizadas, os modos como são apropriadas e reinventadas dizem muito sobre os grupos que a utilizam.

Horst e Miller são dois dos principais representantes da vertente teórica nomeada como Antropologia digital, que busca criar elos entre o digital, a cultura e as redes de sociabilidade. Os autores definem o termo “digital” por meio da relação entre zero e um, o código binário. O sistema que tornou a informática possível está longe de ser simples para esses autores, visto que partem do pressuposto de que essa relação pode produzir diferenças e pluralidades culturais. Também colaboram com a crítica de análises que hierarquizam ou diferem relações em reais e virtuais, com base no conceito de mediação, os autores partem do pressuposto de que todas as relações são mediadas por sistemas simbólicos.

Dessa forma, não é possível distinguir o que seria real ou virtual/digital. Isso nos leva à questão central da teoria, a materialidade – vale lembrar que, Miller antes de se debruçar sobre a Antropologia digital dedicou-se aos estudos de cultura material. A seguir, apresentamos uma definição da proposta teórica dos autores:

É impossível tornar-se humano de outra forma além de socializar dentro de um mundo material de artefatos culturais que incluem a ordem, agentes e relacionamentos entre as próprias coisas e não apenas o relacionamento com pessoas. Os artefatos fazem muito além de apenas expressar a intenção humana. (HORST; MILLER, 2015, p. 105)

Nesse aspecto, o mundo digital é um espaço profícuo, como afirmam Miller e Slater (2004) já que possibilita sempre uma invenção local, uma manipulação no modo como os/as usuários/as utilizam os artefatos disponíveis, em prol de seus interesses e modos de interação social. Assim, pode-se dizer então que esses coletivos compostos por mulheres negras estão produzindo novas narrativas em torno das identidades das mulheres negras, por meio de diferentes formas de atuação e de seu ativismo/feminismo negro em ambientes digitais

Monica Machado Cardoso (2017), entende que as tecnologias digitais são espaços para retenção de traços culturais do passado associados a novas marcações de sentido, novos valores que são dispostos pela cultura. Sendo assim, o ambiente digital é ambivalente, encontra-se entre a abertura e o fechamento das visões de mundo. A cultura digital, embora reproduza desigualdades, também cumpre um importante papel na organização dos coletivos feministas contemporâneos (CARDOSO, 2017).

Mudanças já podem ser vistas. Em *“Quanto Mais Você Me Nega, Mais Eu Me Reafirmo”*: Visibilidade e Afetos na Cena Negra Periférica Paulistana. Suas autoras afirmam que:

A face atual do feminismo que vem pautando a cena política traz uma força jovem em uma esfera inimaginável para as feministas negras que atuaram nas décadas de 1980 e 1990, como Beatriz Nascimento, a própria Lélia Gonzalez, entre outras. Através das redes sociais, de blogs e de um conjunto variado de ações vemos justamente um certo “modo de ser feminista” articulando não apenas a ação política, mas um modo de ser e de ocupar o mundo. A “sororidade” em sua dimensão política, ética, mas também prática (sempre tensa e nada simples) vem transformando e impregnando com muita reflexividade a ação política atual (...) Esses coletivos de jovens mulheres esforçam-se por construir um lugar de acolhimento, de fala e de (re)construção de si. (MOUTINHO; ALVES; MATEUZI, 2016, p. 267, grifos das autoras).

Entre as organizadoras do coletivo Minas Programam, o desejo é por construir novas narrativas, outros horizontes. Essa busca por novas narrativas demonstra uma preocupação do coletivo com a trajetória educacional de meninas e mulheres negras. Com base na experiência das integrantes e dos relatos das cursistas, o grupo identificou que são *“constantes os ataques as nossas autoestimas intelectuais”* (participante 1), o que acaba afastando as meninas da universidade, de pensar em trabalhar com tecnologia. Já que, no dia a dia, os/as professores/as

não esperam que as meninas e mulheres tenham um bom desempenho em disciplinas como Matemática e Ciências. “Por exemplo, os professores não acreditam que elas consigam fazer o robô” (participante 1), esse é um relato que aparece em diferentes classes sociais e contextos diferentes.

Para o coletivo Minas Programam, a presença de diferentes corpos, negros, indígenas, trans nos espaços de produção de conteúdos e artefatos digitais é importante por abrir outras possibilidades de atuação, de ampliar horizontes, mas também, de romper com a reprodução de discriminações pautadas por uma única forma de produzir o mundo, que a produção de mundo a partir do corpo do homem branco.

“ALGORITMOS DA OPRESSÃO”

A aula do curso de programação do Minas Programam a qual estávamos participando tinha um título bem expressivo: “Algoritmos da opressão”. Foi ministrada por Fernanda Monteiro, mulher trans, integrante de outro coletivo, o Marialab. Em sua aula, a professora lembra às participantes de que no início do desenvolvimento do computador eletrônico – com o projeto ENIAC –, as mulheres, inclusive as negras, estavam presentes no projeto como programadoras. Hoje o mundo da tecnologia é dominado por homens brancos em busca de poder.

Fernanda nos questiona: quem são as pessoas que produzem os algoritmos? Homens brancos. Os algoritmos, a seu ver, reproduzem sistemas discriminatórios.

Ela não acredita em uma resposta pronta para a construção de uma diversidade negra digital. Mas diz: “se a gente não ocupar, sempre será o mesmo espaço, com as mesmas práticas racistas”.

Entre as estratégias utilizadas pelo coletivo para impulsionar essa “ocupação” de mulheres negras em ambientes de produção de tecnologia estão: reservas majoritariamente de vagas para mulheres negras, com atenção especial às mulheres negras que residem em áreas periféricas; promoção de curso gratuito que viabiliza transporte, alimentação e, se necessário, serviço de cuidado à crianças, para que as mães possam se dedicar às aulas; construção de um espaço seguro de aprendizagem, em que o corpo docente composto exclusivamente por professoras passa por uma formação no qual são apresentados dados e reflexões sobre questões determinantes sobre o feminismo antirracista e relações raciais no Brasil. Para Bárbara:

Isso faz com que as professoras, quando vão para o curso, compreendam um pouco melhor de onde estão vindo alunas e sobre experiências que elas tiveram que, talvez as professoras não tenham tido, que vão determinar a relação delas com a tecnologia. O treinamento (encontro formativo), é um dia pra todo mundo entender o que a gente está fazendo no Minas programam, um projeto político de democratização de tecnologia. Para isso é fundamental entender que o Brasil é um país desigual e que o acesso à tecnologia não é democrático.

Os ambientes de produção de tecnologias digitais, constituídos quase em sua totalidade por homens, estão impregnados por sentidos como: “mulheres são seres sensíveis e complexos, pertencem às ciências humanas, não se interessam por

códigos”. Em resumo, impera o preconceito de que a produção tecnológica exige um raciocínio lógico, o qual os homens “naturalmente” detêm e que as mulheres não possuem. Em primeiro momento, o discurso parece revelar um repertório em torno da ideia de mulher relacionado ao imaginário do que é ser feminino, repertório este que cria hierarquias de poder e vai além, constrói “apagamentos” da produção de mulheres na história da informática.

Ariane Cor, fundadora do Minas Programam, fala sobre a importância de mulheres negras na programação como forma de impedir a reprodução de práticas machistas e racistas. Para tanto, elenca a necessidade de criar espaços não comerciais.

Os espaços industriais e comerciais não estão interessados em quebrar certos paradigmas. Se aprenderem a programar e simplesmente se inserirem nesses espaços, as mulheres negras pouco poderão fazer para mudar o quadro atual. É preciso desenvolver espaços independentes, de luta.

Vimos, ao tratar da Antropologia digital defendida por Milller e Horst (2012; 2015), como o mundo digital pode oferecer múltiplas possibilidades, já que abre espaço para uma invenção local, uma manipulação no modo como os usuários utilizam os artefatos disponíveis, em prol de seus interesses e modos de interação social. Destacamos que a disputa pelos territórios no ciberespaço na perspectiva aqui apresentada, se dá em duplo sentido: na construção dos artefatos dedicados às mulheres negras e também na forma como essas plataformas são utilizadas.

CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo, procuramos mostrar a importância do trabalho de coletivos como o Minas Programam, que buscam desconstruir a ideia de tecnologia como algo distante do universo negro e feminino. Entendem que a participação das mulheres negras na tecnologia digital é como um nó a ser desatado. Esse nó amarra outras formas de exclusão da participação das mulheres negras nos diferentes segmentos da sociedade brasileira. Além disso, entendem que, ao ocupar esses espaços digitais, as mulheres negras estão assegurando direitos.

Coletivos como o Minas Programam desejam romper com um círculo vicioso, no qual a atuação das mulheres nas áreas de tecnologia digital sofre uma espécie de “apagamento” e de afastamento, em que meninas e mulheres recebem tratamento diferente durante a aprendizagem. Dessa forma, sem referências, as jovens não veem o mundo da programação como um universo possível e interessante a ser explorado. Isso faz com que esse ambiente não seja povoado por mulheres ou que as mulheres que atuam nessas áreas tenham pouca visibilidade. Felizmente, há grupos que procuram questionar essas pretensas naturalizações da ausência de mulheres, em especial das mulheres negras, e, assim, promover mais diversidade no mundo da tecnologia.

Destacamos também que, para além de construção de artefatos, a utilização dos espaços digitais tem se constituído como espaços de liberdade, em que narrativas de vida são apresentadas e reescritas, problemas cotidianos são compartilhados, desejos e objetivos são valorizados. Os espaços ecoam vozes para além de seus territórios digitais, formam coros – redes – em torno da luta pela

ampliação da atuação de mulheres negras nas mídias, nas artes, na política, na produção intelectual, nas tecnologias.

Resistance codes: the work of the Minas Programam

ABSTRACT

In this article, we seek to present some reflections resulting from the ethnography produced together with the members of Minas Programam. This is a feminist collective that aims to challenge the role and place of black and peripheral women in the production of digital technology, specifically in programming. Inspired by feminist theoretical productions, the black movement and anthropology, we intend to show the struggle of the Minas Gerais Program to deconstruct the discourses around the hierarchies of gender and race in our society, elements that constitute a great barrier to equal and fair access to spaces production of digital technology.

KEYWORDS: Gender and race. Inequalities. Digital technology.

Códigos de resistencia: la actuación del colectivo Minas Programam

RESUMEN

En este artículo, buscamos presentar algunas reflexiones resultantes de la etnografía producida junto con los miembros de Minas Programam. Este es un colectivo feminista que apunta a desafiar el papel y el lugar de las mujeres negras y periféricas en la producción de tecnología digital, específicamente en la programación. Inspirada por las producciones teóricas feministas, el movimiento negro y la antropología, tenemos la intención de mostrar la lucha de las Minas Gerais. Programa para deconstruir los discursos en torno a las jerarquías de género y raza en nuestra sociedad, elementos que constituyen una gran barrera para el acceso equitativo y justo a la producción de espacios de tecnología digital.

PALABRAS CLAVE: Género y raza. Desigualdades. Tecnología digital.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Daniela C. **Feminismo e Cultura Hacker**: intersecções entre política, gênero e tecnologia. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Estudos Feministas**, nº 2, p. 458-463, 1995.
- BARRETO, Raquel Andrade. **Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça**: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2005.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero** – Feminismo e subversão da identidade. Editora Routledge, Chapman & Hall, 1990.
- BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 249-272, 2014.
- CARDOSO, Monica Machado. **Antropologia Digital e Experiências Virtuais do Museu de Favela**. Curitiba, Appris, 2017.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, vol. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.
- COLLINS, Patricia. H. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness and the politics of empowerment. Nova York: Routledge, 2000.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, vol. 10, n. 1, p.171-188, 2002.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis**. Internacional, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, n. 2, p. 223-244, 1984.
- HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Antropologia do ciborgue** – As vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, edição, 2000.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, vol. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.
- HOOKS, bell. **Feminism is for everybody**: Passionate politics. Pluto Express, 2000.
- HOOKS, bell. **Feminist theory**: form margin to center. South end Press, 2000.
- MILLER, Daniel; HORST, Heather. **Digital Anthropology**. London: Berg, 2012.

MILLER, Daniel; HORST, Heather. O Digital e o Humano: prospecto para uma Antropologia Digital. **Revista Parágrafo**, vol. 2, n. 2, p. 91-111, 2015.

MILLER, Daniel; SINANAN, Jolynna. **Visualising Facebook**. London: UCL Press, 2017.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. Etnografia on e off-line: cybercafés em Trinidad. **Horizontes Antropológicos**, ano 10, n. 21, p. 41-65, 2004.

MOUTINHO, Laura; ALVES, Valéria; MATEUZI, Milena. “Quanto mais você me nega, mais eu me reafirmo”: visibilidade e afeto na cena negra paulistana. **Revista Tomo**, n. 28, p. 265-291, 2016.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, n. 68, p. 46-57, 2005.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Branca para casar, mulata para f...., negra para trabalhar**: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, jul/dez. 2008, p. 263 - 274.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Recebido: 13 jan. 2019.

Aprovado: 01 mai. 2019.

DOI: 10.3895/cgt.v12n40.9496

Como citar:

ISSA, Victor Eiji; CABRAL, Claudiana. Códigos de resistência: a atuação do coletivo Minas Programam **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v.12, n. 40, p. 61-75, jul./dez., 2019.

Correspondência:

Victor Fiji Issa. Avenida Miguel Estéfno, 200 - Saúde - São Paulo/SP, CEP: 04301-000, Brasil.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

